

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se no Auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, situada na Rua Dr. Fúlvio Aducci, 767, Estreito - Florianópolis/SC, em plenária ordinária, os(as) seguintes **conselheiros(as) titulares/suplentes representantes de Organizações Governamentais**: Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Junior - Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), Fabian Edson Garcia – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), Gisele de Arruda - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), Csele Van de Sand – Secretaria de Estado da Saúde (SES), Marizone Aparecida Coelho Sagaz e Euclídia Cunha Cachoeira Dalsasso – Secretaria de Estado da Educação (SED), Arthur Otavio Vailatti Rancatti - Coordenadoria de SAN (CSAN), os(as) **conselheiros(as) titulares/suplentes representantes de Organizações Não-Governamentais**: Gilso Giombelli - Rede Catarina Slow Food, Kristiany Mariely Bender - Fórum Catarinense de Economia Solidária, Lisete Maria Bernardes - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF/SC), Lucidio Ravanello - Associação Estadual de Cooperação Agrícola, Lazaro CundagnKã-Mrêm e Nilton Nan Diavi Cangui Ndili - Pastoral da Criança do estado de Santa Catarina, Irene Kazue Shimomura - Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia, André Lange Schmitz – Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FCSSAN), Gabriela Rodrigues Vieira - Sindicato dos Nutricionistas no estado de Santa Catarina (SINUSC), Maria Aparecida Machado Batista e Vanessa Machado - Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo Morro do Fortunato – ACORQMOFU, Wisly Jules e Arianide Jean Baptiste - Associação dos Imigrantes de Santa Catarina – AISC, Zelia Jacinta Socoloski - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas (MMTU), Daniel Paz dos Santos - (Movimento Nacional da População de Rua – MNPR/SC, Tania Inês Slongo – Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Vanda de Oliveira Gomes Pinedo - Movimento Negro Unificado - MNU/SC, e, **participantes/convidados(as)**: Letícia Nunhofer Zago - SESC, Vanessa Speckhahn Vicente, Willian Nunes da Silva Jr. - FUNAI, Naianne Hoffmann - CSAN, Sirley de Gois da Silveira - CSAN, Juliana Menezes - CSAN, Luciane Martins May e Júlia Cristina Pocaí de Oliveira – Secretaria CONSEA/SC. **1. Levantamento do Quorum Regimental** (presença mínima de 1/3 de seus membros). Estavam presentes vinte entidades/secretarias. **2. Aprovação da ata da Plenária Ordinária de agosto/2022**: devidamente aprovada. **3. Avaliação e deliberação sobre as justificativas apresentadas, por escrito, pelos conselheiros ausentes**: Luciane fez leitura das justificativas enviadas para a plenária do dia 09 de agosto: Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia - Anderson Luiz Romão não conseguiu participar em função das fortes chuvas que impossibilitaram a sua saída da propriedade; Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – RedeSSAN as conselheiras Luana e Cíntia estavam impossibilitadas de participar por conta das fortes chuvas; Rede Catarina Slow Food Titular: Karina Pereira Weber justificou a ausência por motivo de covid; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SDS - Amanda Ramos Luz não compareceu em razão de atividades de Capacitação do Acessuas Trabalho; Casa Civil – CC Daniela e Larissa não compareceram devido excesso de demanda no setor; Secretaria de Estado da Saúde – SES Titular: Raquel Carolina da Cunha foi chamada para ocupar outra vaga da SES, no Hospital Infantil. Já para a presente plenária encaminham justificativas os seguintes conselheiros: Célio Haverroth - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR) encontra-se em férias no

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

período de 10 a 22 de outubro de 2022, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDE: Ana Letícia encontra-se em licença para tratamento de saúde, Associação Estadual mulheres camponesas - Noemi Margarida Krefta - por problemas de saúde na família, Fórum das Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região (FRMA) - Sulimar Vargas Alves se ausentou por ter consulta médica, Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – RedeSSAN - Luana se encontrava em horário de aula na UFSC e Cíntia estava impossibilitada de participar. **4. Aprovação da ordem do dia:** devidamente aprovada com inclusão de pauta sobre elaboração de cartilha de aproveitamento integral dos alimentos. **5. Análise de conjuntura - CAISAN:** Csele inicia a análise fazendo a apresentação do que está sendo executado na SES, na Diretoria de Atenção Primária do Estado, onde está inserida a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN. Em análise do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, a maioria das ações de saúde estão em interface com a diretoria de atenção primária. Traz o marco histórico da PNAN explicando que foi aprovada em 1999 e revisada em 2011 com a parceria comissão intersetorial de alimentação e nutrição, com o Conselho Nacional de Saúde, Ministério da saúde conduziu um amplo e democrático acesso com a intenção de aprimoramento contendo 26 seminários Estaduais e seminário Nacional de Alimentação e Nutrição. As estratégias para a implementação da política trazem que para os territórios precisam de financiamento para se organizarem, agenda de apoio de implementação em nível local (necessitando de CAISAN e CONSEA dentro das regiões) para que seja discutido sobre alimentação e nutrição, formação e educação permanente, rede de Universidade para apoio *in loco*, materiais técnicos e monitoramento de indicadores. Dentro da área de Atenção Primária apresentou o Auxílio Brasil na condicionalidade de saúde; Proteja é uma estratégia para redução da obesidade infantil; Programa Crescer Saudável; Estratégia Amamenta Alimenta Brasil que incentiva a amamentação até os dois anos de idade; PSE muito importante na intersectorialidade onde entra a o programa saúde na escola, o monitoramento da obesidade infantil, alimentação adequada, suplemento e aplicação de Fluor; Suplementação de micronutrientes que é um programa que abrange majoritariamente crianças até dois anos de idade (Ferro, Vitamina A e Ácido Fólico no Brasil). Trouxe os Sistemas de controle, como o SISVAN utilizado para retirar relatório; o E-SUS é o que está sendo utilizado para inserir dados onde todos os nutricionistas conseguem ter acesso à informações; MapaSAN é um instrumento criado pelo Ministério da Cidadania que traz dados sobre a segurança alimentar e nutricional dos municípios; VIGISAN II é de uma rede independente não vinculada ao Estado, trazendo um monitoramento bem importante sobre INSAN. Na SES os instrumentos utilizados para análises são o SISVAN e o E-SUS, sendo os VIGISAN e o MapaSAN usados para mostrar os números existentes; já o FAN Financiamento de Apoio à Implementação de Alimentação e Nutrição que é um dos recursos que Estados e municípios (acima de 30 mil habitantes) recebem do Ministério da Saúde. Apresentou dados comparativos de 2020 e 2021/2022 que mostram que a segurança alimentar diminuiu, principalmente nos homens, e a Insegurança Alimentar aumentou no Brasil, segundo o VIGISAN II. Em Santa Catarina, 69% dos pacientes que foram atendidos nos postos de saúde apresentavam algum grau de sobrepeso e obesidade, sendo na população adulta cerca de 34,32% em algum grau de sobrepeso, e 34,89% em algum grau de obesidade. A prevalência de obesidade Grau I foi de 21,07%, de obesidade grau II - 8,75% e de obesidade Grau III 5,07%. Entre as crianças menores de

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

dois anos, 11,6% apresentam excesso de peso, entre as crianças de cinco a nove anos 39,12% e 37,7% entre os adolescentes. Uma pesquisa realizada em 2021 que o acesso de consumo de ultraprocessados. Apresentou pesquisa sobre o consumo de ultraprocessados presente em 17% por crianças menores de dois anos, 90,2% em crianças entre cinco a nove anos e 87,3% por adolescentes. Falou sobre Portarias de financiamento para a atenção primária através do FAN. Em 2021 foi destinado aos municípios, por meio de duas portarias, recursos para combate à obesidade e outras doenças crônicas, e para obesidade e desnutrição. No entanto, há risco desse dinheiro voltar se os municípios não apresentarem ações. Fala da importância da intersetorialidade para utilização dos recursos e a valorização de espaços de controle social para construção. Apresentou dados de acompanhamento de estado nutricional e marcadores de consumo alimentar do Brasil e da Região Sul que apontam o estado de SC com mais números de registros. Csele comenta que está trabalhando junto com uma equipe na publicação da linha de cuidados na sobrepeso e obesidade na população adulta, contendo apoio do Tele Saúde da UFSC, que ajuda a fazer os cursos e a ideia é que seja lançada em 2023. Na sequência Gisele apresenta as ações da SAP. Inicia apresentando o panorama de 54 unidades prisionais, com 23.819 internos, onde 7200 desses trabalham. Possuem 24 unidades socioeducativas, com 433 adolescentes. A SAP conta com 39 profissionais da área da Nutrição. Fala que a maioria das unidades são terceirizadas, mas possuem algumas de autogestão. Seguem a Resolução CNPCP nº 3 de 5 de outubro de 2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que prevê a oferta de 2000 Kcal/dia, porém o cardápio padrão da SAP oferta 3.100 Kcal/dia; no contrato das terceirizados há uma cláusula exigindo, desde 2018, a compra de 30% dos produtos da agricultura familiar (do total de kg de hortifrutis comprados no mês); oferta de uma cesta básica para as famílias dos internos que trabalham nas cozinhas terceirizadas. Trouxe informações sobre as hortas explicando que nem toda unidade possui uma horta, mas as que possuem utilizam uma parte para os internos (algumas somente os temperos), outras maiores (como Chapecó) a empresa terceirizada compra e ainda outras doam para a cozinha. Não são profissionais da nutrição que geralmente cuidam da horta, apesar de participarem. As hortas são utilizadas como trabalho e como educação, além da nutrição. Apresentou dados sobre a horta do Complexo Prisional de Chapecó que tem cerca de 22 hectares de terra e 06 mil metros quadrados, com produção protegida, em estufas. Em média, por exemplo, são colhidas 20 mil unidades de folhosas por mês. Até 10% dos alimentos que o Município de Chapecó consome na rede de atendimento Sócio Assistencial e nos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional são adquiridos da produção da horta do Complexo Prisional de Chapecó (restaurantes populares e Cidade do idoso). Apresentou dados da Horta e Horto, da Penitenciária Feminina de Criciúma (uso de ervas para chá) doação para a cozinha. A Horta CASE Criciúma é utilizada para educação dos adolescentes e para a cozinha, com produção hidropônica. Horta do Presídio Regional de Itapema utiliza os temperos para os internos. A horta do Presídio Regional de Porto União, por ser pequena, nem sempre tem o suficiente para os internos. A horta do Presídio Regional de Tijucas faz doação dos alimentos para a cozinha. Os alimentos da Horta do Presídio Masculino de Lages são usados para os internos, dependendo da produção. Gisele finaliza dizendo que a Horta e Pomar de Rio do Sul foi implantada por uma nutricionista do Presídio e depois foi terceirizada, em parceria com a empresa, pagando seus internos para trabalhar. Marizone inicia a apresentação sobre as ações de

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

SAN na Secretaria da Educação, mostrando o panorama de atuação em 294 municípios, com 1.269 Unidades Escolares, 1.039 Escolas Terceirizadas, de 214 a 230 unidades em autogestão e cerca de 525.501 alunos. As Escolas são de Educação Básica, os Centros de Educação de Jovens e Adultos e os Centros de Educação Profissional. Salienta que todas as informações que estão sendo apresentadas encontram-se no site da Secretaria de Estado da Educação. Informa que na alimentação escolar tem 3 formas de cartão CPESC, para aquisição de materiais de consumo, para aquisição de alimentos perecíveis que devem compor o cardápio da alimentação escolar e para contratação de prestadores de serviços de manutenção e conservação de unidades escolares. O recurso vem de âmbito estadual, pois os recursos de âmbito federal hoje são de 36 centavos por dia por aluno. Hoje as escolas oferecem, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar, algumas oferecem o desjejum. Para o aluno que está em período integral, faz no mínimo 3 refeições na escola. Para isso, o estado faz essa complementação, já que é o segundo maior gasto, mais de duzentos milhões, sendo o primeiro a contratação de pessoal. Falou que os cursos de formação continuada em educação alimentar e nutricional são oferecidos desde 2015. Destacou novamente que no site encontra-se todas as informações que estão sendo apresentadas, bem como, todas as informações sobre a alimentação escolar, cardápios oferecidos nas unidades e chamadas públicas para a compras de alimentos da agricultura familiar. Informa que a SED conta com 57 nutricionistas na rede. Fala sobre as três chamadas públicas que estão em andamento no ano de 2022. A CP 364/2021 com Valor contratado R\$ 15.538.610,80 e Valor Programado R\$ 17.500.715,00 contendo 8 lotes para entrega – 35 Cooperativas contratadas – 20 Produtos menos perecíveis para todas as Escolas. A CP 107/2022 com Valor contratado R\$ 4.453.376,11 e Valor programado R\$ 6.227.717,70 contendo 11 lotes para entrega – 11 Cooperativas contratadas – 07 produtos perecíveis para escolas terceirizadas. A CP 108/2022 é para autogestão com Valor contratado R\$ 5.811.612,59 e Valor programado R\$ 10.948.079,46 contendo 32 lotes para entrega – 17 Cooperativas contratadas – 27 produtos perecíveis para Escolas de autogestão. As chamadas públicas 364 e 108 os contratos já estão assinados. Apresenta no mapa do estado a alimentação escolar dividida em 8 lotes. Informa que a alimentação está sendo estruturada de forma diferente, sendo feitas pesquisas regionais para sua construção. Em seguida apresenta os marcos legais para a alimentação escolar, a Lei 11.947, a Instrução Normativa nº 1.568 de 2021 que orienta sobre os procedimentos relativos ao acompanhamento, fiscalização, da Alimentação Escolar de SC, a Resolução nº 06 de 2020 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Lei 12.061 de 2001 – Lei das cantinas em que SC é o primeiro estado a implementar, sendo Florianópolis o primeiro município, e a Instrução Normativa nº 2397 de 20/09/2022 – Construída a partir do estudo da reformulação da lei das cantinas que vem sendo construída desde 2018, com participação de vários órgãos e entidades. Essa Instrução normativa regulamenta a alimentação escolar do Estado, institui regras para entrada e comercialização de alimentos nas Escolas Estaduais. Na sequência Arthur apresentou ações realizadas pela Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, pela Epagri, CIDASC e CEASA, pois o conselheiro Célio não conseguiu estar presente na plenária. Falou do Programa Capital Humano e Social - CHS que objetiva promover ações de fortalecimento do capital humano e social com comunidades rurais e pesqueiras de Santa Catarina e corpo técnico da Epagri.

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

Trabalha nos seguintes Eixos Temáticos: 1. Segurança Alimentar e Nutricional; 2. Gênero e Geração; 3. Educação e Saneamento Ambiental e Tecnologias Sociais de Baixo Custo; 4. Organização, Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida. É executado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Cidadania, MAPA, SAR e Epagri. Possui metas no primeiro ACT (2014 a 2020) de atender 1400 famílias (efetivado 1152); e, segundo ACT (2020 a 2022) atender 1.000 famílias – Prorrogação até 2024 (efetivado 304). Para enquadramento é preciso ter renda per capita de até R\$ 105,00 (CadUnico) (Extrema pobreza) e Declaração de Aptidão ao Pronaf. O público alvo são Povos e Comunidades Tradicionais Indígenas – 29 TIs, Quilombolas – 18 Comunidades, Extrativistas e Pescadores Artesanais. Objetivos do Programa (Planejamento Epagri): alimentos para consumo familiar, geração de renda, melhoria das condições de vida e inclusão na ATER. Quanto aos recursos financeiros, a primeira parcela é R\$ 1.400,00 e a segunda parcela é de R\$ 1.000,00. Apresentou o passo a passo que compreende articulação institucional, mapeamento das famílias potenciais, busca ativa, apresentação da proposta às famílias, diagnóstico da unidade familiar, definição do projeto produtivo, acompanhamento e inclusão nas ações de ATER e divulgação dos resultados. por fim, apresentou fotos de exemplos de empreendimentos: produção de frutas e hortaliças, criação de galinha, artesanato e equipamentos para prestação de serviços. Arthur inicia a apresentação da Coordenadoria de Segurança Alimentar (CSAN) contando que foi publicada a Chamada Pública para o Programa Alimenta Brasil 2022 (PAB), com recurso de R\$1.515.000,00, e está em fase de cadastro dos agricultores, sendo coordenado por Naianne. Explica que está sendo feita a Prestação de contas da distribuição das 3.474 cestas básicas da Fundação Cultural Palmares para as comunidades quilombolas e que o resultado da logística foi um sucesso. Diz que a CSAN está participando do grupo da Minuta Decreto para o Programa de Redução de Agrotóxicos (PROERA) que foi finalizada ontem. Falou sobre a minuta do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA) que está em andamento. Aponta, também, a participação no Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, bem como no desenvolvimento de um projeto com recurso estadual para implantação de Restaurantes Populares. Informou que está sendo apresentada uma proposta de reestruturação da CSAN para voltar a ser uma Diretoria e que a Coordenadoria continua prestando assessoria aos municípios para adesão ao SISAN. na oportunidade solicitou que os conselheiros assessorem os municípios e que procurem a Coordenadoria de SAN para esse trabalho. Apresentou o organograma que está sendo elaborado para que a CSAN se torne uma Diretoria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN) comportando três gerências: Gerência de Programas de Alimentação que abrangerá Programas Federais e Programas Estaduais, Gerência Nutricional e Pedagógica que trabalhará capacitações, eventos, publicações e Projetos com outras áreas e secretarias; e Gerência de Monitoramento e Avaliação do SISAN com o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, legislações, além de CONSEA e CAISAN. Apresentou as atividades finalizadas pela Coordenadoria de SAN: Prestação de contas do Convênio 813539 (Modernização Centrais de Recebimento); o Acompanhamento e preenchimento do MapaSAN 2022 com municípios e Ministério da Cidadania; Organização das informações e cadastros dos municípios (Informações e adesões ao SISAN); a Prestação de contas do PAB 2021; grupo da Minuta Decreto para Compras Institucionais; e grupo da Minuta Decreto para Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). Apresentou a organização do

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

Encontro Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que acontecerá dia 10 de novembro, das 8h30 às 17h30, na ALESC, com parceria da CAISAN, FECAM, Frente Parlamentar de SAN, TearSAN e CONSEA. Arthur falou de algumas atividades na SDS que a CSAN coordena como: programa Lixo Zero; projeto Fruta da Quinta que compreende a oferta de frutas aos servidores; e Cartilha de Aproveitamento Integral dos Alimentos + PANCS para Restaurantes Populares e Escolas. Luciane pergunta se há um grupo na organização do Encontro Estadual e se conselheiros devem participar, uma vez que o Consea está como parceiro do evento. Arthur explica que a ideia é o Consea auxiliar na divulgação e fazer uso do tempo destinado ao Conselho na programação. Kristiany e Irene se disponibilizam. Daniel sugere que haja intervenção cultural no evento a fim de apresentar a realidade e a relação com a Segurança Alimentar, e, na oportunidade, fez uma crítica à análise de conjuntura da CAISAN dizendo que a realidade dele é diferente e que não consegue identificar nada do que foi apresentado nas políticas em que têm acesso. Ravello toma a fala, parabeniza pelas apresentações e elogia os programas que estão sendo apresentados, o SUS e o SUAS. Diz que o que se precisa é de reestruturação da sociedade brasileira. Reconhece que exista uma estrutura de políticas públicas de cuidado, mas que o Estado se ausenta em algumas situações e se torna pequeno ao dar espaço para o livre mercado, que não pensa na saúde das pessoas. Avalia que faltou uma manifestação sobre como se tratará a fome de milhões de pessoas se os recursos estão se tornando cada vez menores. Csele contribui dizendo que concorda com a fala do conselheiro, mas que a sociedade civil do Consea está sendo pouco propositiva e que também precisa tomar outra postura diante do atual cenário. Salienta a importância de fortalecimento do Conselho para que não se perca a presença de pessoas competentes que querem fazer parte do conjunto, bem como do Conselho ter clareza das ações que propõe, sabendo onde quer chegar. Daniel apresentou bastante indignação com essa fala e com relação ao que foi apresentado pelas Secretarias, avaliando que a realidade vivenciada é de que as políticas não chegam às pessoas da forma como foi apresentada. Irene acrescentou que a falta de informações da CAISAN levou a sociedade civil a apresentar o dossiê ao Ministério Público e que a sociedade civil do CONSEA representa resistência na segurança alimentar e nutricional no estado. Roberto destaca a importância das críticas e reflexões, mas que não faz sentido, naquele ambiente, existir um atrito entre conselheiros da sociedade civil e governamentais. Há discussão sobre a importância da leitura e conhecimento do PESAN, de capacitações, do trabalho propositivo e conjunto entre a sociedade civil e as secretarias. **Encaminhamentos:** Arthur e Marizone solicitarão ao candidato Jorginho Melo que assine a Carta aberta construída pelo Consea em defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos, para o período eleitoral, assumindo compromissos com a SAN em seu governo. A Carta já foi assinada pelo candidato Décio Lima. Em seguida Arthur introduz o assunto sobre a demanda por uma cartilha de aproveitamento integral dos alimentos. Explica que a ideia surgiu de um projeto que existe na Univille, chamado Sabor de Sobra. Vanessa se apresenta e propõe trabalhar além do aproveitamento integral dos alimentos com a proposta de incluir plantas alimentícias não convencionais - PANCS e segunda sem carne para os restaurantes populares, cozinhas comunitárias e, se possível, merenda escolar. Propõe, além da Cartilha, oficinas nesses espaços, como forma de colocar em prática o que constará na cartilha. Questionou aos conselheiros quem se interessava em comprar um grupo de trabalho. Csele chamou atenção para a questão dos antinutrientes que se apresentam nas PANCS e solicitou que todos os dados da Cartilha fossem

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

trazidos ao Consea antes da publicação. **Encaminhamento:** formou-se o grupo de trabalho para elaboração da Cartilha de aproveitamento integral dos alimentos composta por Kristiany, Daniel, Gilso, Zélia, Euclídia e Vanessa. **7. SESC - alimentação escolar das escolas do SESC:** Leticia inicia se apresentando como Nutricionista, que já foi conselheira do CONSEA e atualmente trabalha na gestão do Banco de Alimentos a nível Estadual, bem como da alimentação escolar do SESC.

diz que no SESC conseguem seguir recomendações/diretrizes muito parecidas com as do PNAE. veio compartilhar o sucesso da alimentação das escolas do SESC. apresentou dados de antes da pandemia quando tinham QUASE 30% DAS CRIANÇAS COM ALGUM GRAU DE SOBREPESO e uma pesquisa onde mostrava que 80% das crianças tinham consumidos ultraprocessados no dia anterior da pesquisa pelos motivos de sabor, preço e praticidade e onde quase metade dos cuidadores dessas crianças associou ultrapassados como parte de uma alimentação saudável. traz dados sobre o II VIGISAN com 15% de pessoas em insegurança alimentar grave, mas chama atenção para quem está em insegurança alimentar moderada e leve pelo fato do instrumento mensurar quantitativamente e não qualitativamente. Avaliando que os dados poderiam camuflar uma falsa segurança alimentar. Traz questões do marco de referência que a alimentação é uma prática social que resulta da integração de diferentes dimensões e a obesidade que tem caminhado junto com baixo peso e sobrepeso que ambos são resultados de insegurança alimentar. Conclui que a obesidade infantil é resultado de uma série complexa, de questão genética e comportamental, sendo que nesta é possível atuar enquanto escolas e educadores, uma vez que comer é algo que se aprende e deve ser ensinado nas escolas também. Os educadores do sesc são agentes promotores de saúde e cidadania dentro da sala de aula e ele precisa ser sensibilizado e ser exemplo. Disponibilizando alimentos saudáveis e trabalhando a autonomia das crianças, criar ambiente alimentar favorável, atitudes positivas. informa que existem 23 escolas em 22 municípios com diferentes estruturas, onde higiene, organização e tempo adequado para refeição é um desafio. falou sobre experiências alimentares positivas para construir o perfil alimentar saudável das crianças. Falou que o Guia alimentar para População Brasileira e o Guia alimentar para crianças menores de dois anos são base para estrutura dos cardápios. Os cardápios são estruturados em categorias (tradicional, proteico, doce) e são aplicados testes de aceitabilidade entre as crianças. Disse que o centro de distribuição de alimentos secos do SESC e os não perecíveis são comprados por meio de licitação e compra direta e estão evoluindo para um guia de aquisições sustentáveis, com compras locais e financeiramente melhores. Falou do Projeto que trabalha os dez passos da alimentação saudável, realizado com as crianças e as famílias.

Kristiany propôs que a CP4 discutisse e documentasse até onde foi possível trabalhar. **8. Relatos das Comissões Temáticas Permanentes:** não houve relato. Kristiany falou GT Lei/Regimento formado por sociedade civil (Kity, Gilso, André Lange, Nilton), Governo (Csele e Marizone), Assessoria (Mick) que

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

precisa finalizar a alteração de Lei e Regimento do Conselho. Informou que Lisete se propôs a auxiliar no relatório final do Encontro Estadual da 6ª CESAN+2 e será apresentado na próxima reunião. Elencou também o grupo de trabalho do FUNSEA o qual foi informado pelo Arthur na análise de conjuntura e Luciane informou que ontem encaminhou a minuta reeditada de acordo com alterações orientadas pela Consultoria Jurídica/SDS. **9. Comitê Emergencial de SAN:** Kristiany informou que a diretoria fará a gestão e coordenação do grupo, que fará um texto comunicando a reativação do grupo, mas que a ideia é que uma pessoa da diretoria centralize a comunicação com o Comitê. Houve discussão sobre a necessidade de manter o Comitê para tratar demandas urgentes que são trazidas ao Consea. Daniel traz a insatisfação de que o Restaurante Popular de Florianópolis está autorizando o acesso ao equipamento mediante biometria e Irene argumenta que essa forma de entrada não deve ser utilizada para acesso à uma política pública de SAN. Daniel disse que as pessoas já possuem cadastro no CADÚnico e a biometria é desnecessária, bastaria assinar; exemplificou que se o moço tentar entrar e a biometria não passa, tem uma viatura da guarda municipal e recolhe a pessoa. Disse que dois casos no Restaurante Popular que o cidadão tentou entrar e saiu preso porque estava com pensão atrasada e que em setor público isso não poderia acontecer. **10. Plano Estadual de SAN** - Kristiany trouxe o encaminhamento e disse que quando houve comunicação no grupo de whats da diretoria os membros não se entenderam, estavam com ideias diferentes sobre a necessidade da reunião. entenderam que não era necessário o monitoramento do PESAN, mas que não era esse o entendimento do encaminhamento da plenária anterior, e sim uma plenária com governo e sociedade civil para definição das Diretrizes. no entendimento de monitora e não monitora a plenária extraordinária foi cancelada. mas disse que esse entendimento foi geral uma vez que a reunião foi cancelada, Luciane comunicou os conselheiros e ninguém contestou. disse que é necessário a formação de uma comissão para tratar do PESAN. **Encaminhamento:** grupo de trabalho composto por Sociedade civil (Tania, André Farias e Ravello), Governo (Csele e Arthur), Assessoria (Neila e Eduardo). **10. Dossiê:** Irene informa que houve uma resposta do Ministério Público pedindo que o Consea adicionasse referências segundo o portal de transparência para completar informações do processo encaminhado. Disse que seu sentimento é de que eles passaram a responsabilidade de novo para o Consea. Então, a comissão que elaborou o dossiê ficou de priorizar os documentos a serem encaminhados, com consulta no portal da transparência. Questionou aos conselheiros quem poderia auxiliar nesse processo. Irene também questiona se a Defensoria Pública retornou com informações sobre as providências que estão sendo tomadas diante do envio do dossiê ao órgão e Luciane informa que o Consea não recebeu retorno da Defensoria após a reunião realizada com eles. **Encaminhamento:** André, Erli, Irene reunirão as informações adicionais para o Ministério Público. Secretaria do Consea questionará à Defensoria Pública os encaminhamentos que estão sendo tomados diante do dossiê. **11. Informes gerais:** Irene informa sobre o convite para participar do evento para comemorar o Dia Mundial da Alimentação, a ser realizado no dia 23 de outubro, das 10h às 15h, no pátio do Restaurante Popular de Florianópolis e Arthur faz a leitura do ofício convite. Irene solicitou que a secretaria do Consea divulgasse o evento. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às dezessete horas e trinta minutos sendo esta ata lavrada por mim, Luciane Martins May e Júlia Cristina Pocai de Oliveira.

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

3 ENTIDADES SUPLENTES
Conselheiros

	Titular	Suplente
Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)	Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Junior	
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR)	Francieli Magri	Celio Haverroth
Casa Civil (CC)	Daniela Souza Constante	Larissa Pinheiro
Secretaria de Estado de Educação (SED)	Marizone Aparecida Coelho Sagaz	
		Euclídia Cunha Cachoeira Dalsasso
Secretaria de Estado da Saúde (SES)	Csele Van de Sand	Franciele Budziareck das Neves
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN)	Arthur Rancatti	
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS)	Amanda Ramos Luz	Fabian Edson Garcia
Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - SAP	Marcela Rutkosky Pacheco	Gisele de Arruda
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDE	Lúcia Andréa de Oliveira Lobato	Ana Letícia Araújo de Aquino Bertoglio
Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo Morro do Fortunato – ACORQMOFU	Vanessa Machado	Maria Aparecida Machado Batista
Associação dos Imigrantes de Santa Catarina – AISC	Wisly Jules	Arianide Jean Baptiste
Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA	Lucidio Ravello	Juliana Adriano

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina - AEMC/SC	Luana Rockenbach	Noemi Margarida Krefta e-mail
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina - FETRAF-SC/CUT	Rita de Cassia Maraschin da Silva	Lisete Maria Staudt
Fórum Catarinense de Economia Solidária – FCES	Kristiany Mariely Bender	Filipe Fernandes Gabriel
Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FCSSAN	André Lange Schmitz	André Luiz Farias
Fórum das Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e região – FRMA	Sulimar Vargas Alves	Raquel do Erre de Jesus Fronteira
Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas – MMTU	Fátima Teresinha Grochot	Zelia Jacinta Socoloski
Movimento Nacional da População de Rua – MNPR/SC	Daniel Paz dos Santos	Cláudio Manoel da Silva
Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH/SC	Tania Inês Slongo	Erli Aparecida Camargo
Movimento Negro Unificado - MNU/SC	Vanda de Oliveira Gomes Pinedo	Daniela Marcelino Augustinho
Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecológica de Agroecologia	Anderson Luiz Romão	Irene Kazue Shimomura
Pastoral da Criança do estado de Santa Catarina	Lazaro Cundagn Kã-Mrêm	Nilton Nan Diavi Canguí Ndili
Rede Catarina Slow Food	Karina Pereira Weber	Gilso Giombelli
Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – RedeSSAN	Luana de Brito	Cíntia Aldaci da Cruz
Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Santa Catarina – SINUSC	Gabriela Rodrigues Vieira	Bárbara Leoni Silva
União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do estado de Santa Catarina – UNICAFES/SC	Jackson Goulart Pereira	Serli Dias dos Santos

Estavam Presentes -

Não estavam, mas justificaram

CONSEA/SC
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plenária Ordinária
CONSEA/SC
11/10/2022

Não estavam e nao justificaram